

**FORMAÇÃO REGIONAL DO SUDESTE DA AMAZÔNIA ORIENTAL. UMA  
FRONTEIRA ECONÔMICA NA AMAZÔNIA ·**

Eliseu Pereira de Brito ··

Lisandra Pereira Lamoso ···

**RESUMO**

O objetivo principal deste estudo é delimitar o papel e a organização espacial do Sudeste da Amazônia Oriental através de uma análise da formação sócio-espacial desta Região. A problemática da pesquisa, de certa forma, está atrelada às transformações espacial da Amazônia, que pode ter como marco inicial a década de 60. A leitura dos principais planos governamentais para a Amazônia a partir deste recorte temporal foi determinante para o entendimento da formação de uma fronteira de ocupação e, especificamente, econômica.

**Palavras-Chave:** Sudeste da Amazônia Oriental, Fronteira, Formação Sócio-espacial.

**ABSTRACT**

The purpose of this study is to determine the spatial role and organization of the South East of Easter Amazon through the analysis of the social-spatial formation. The problematic of this study, to a certain extent, is linked to the current changes verified in the social-spatial organization of the Amazon, which must have started in the 60's. A reading on the main government plans for the Amazon region from this temporal point was determining for the understanding of a regional frontier formation of occupation and specifically economical occupation.

**Keywords:** South East Eastern Amazon, Frontier, Social-spatial of Formation

---

· Esta discussão é parte da Dissertação: O papel de Palmas na rede de integração regional, defendida no PPGG/UFGD.

·· Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados, Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins, Professor da Universidade Federal do Tocantins. Tem suas pesquisas focadas sobre a formação do território Norte Goiano/Tocantins. Rua Rodoviária, n. 1205, Bairro São João, Araguaína - Tocantins. Cep: 77848-090. Tel: 63-92184365. E-mail: pereiradebrito@gmail.com

··· Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professora Associada da Universidade Federal da Grande Dourados.

## **Introdução**

O Sudeste da Amazônia Oriental é uma região que compreende o Estado do Tocantins, Sudeste/Sul do Pará e o Sul do Estado do Maranhão (BRITO, 2009). A delimitação desta região na Amazônia tem sido objeto de estudo, pretendendo por meio de uma análise sócio-espacial identificar e analisar questões de cunho socioeconômico.

Historicamente esta região teve processos de ocupação diferenciados, em muitos casos ligados à agropecuária, mineração ou extrativismo vegetal. Os rios Tocantins, Araguaia e Itacaúnas tiveram papel fundamental para garantir a locomoção de pessoas e mercadorias pela área, formando uma rede de integração tendo os rios como suportes.

A partir da década de 60, a construção da rodovia Belém-Brasília direcionou a ocupação espacial para o entorno da estrada. Cidades foram criadas, vilas transformadas e uma organização de lavouras foi formada fora do leito do rio Tocantins.

Com as dinâmicas implantadas, esta região tornou-se uma área propícia aos investimentos da integração da Amazônia ao Centro-Sul do país. Obras rodoviárias, ferroviárias e a construção de hidrelétricas consolidaram a nova fronteira urbana e agrícola no Brasil.

A formação regional neste trabalho tomará como base as políticas públicas implantadas no Brasil e no Sudeste da Amazônia Oriental, pois considera-se que estas políticas tiveram um papel importante para a ocupação e consolidação econômica da região.

## **Formação Econômica e Social**

A política regional brasileira pós década de 60 esteve baseada nas ideias de polos de crescimento, que orientavam a política econômica do país, dando sinal de uma reversão da sua condição de periferia a partir das políticas de regionalização dos investimentos do Governo Federal. Para tanto, o Estado interferiu no processo de integração regional, fazendo investimentos que pudessem proporcionar uma abrangência territorial maior dos empreendimentos industriais. Neste processo, o

empresariado brasileiro teve uma participação pequena no processo de reestruturação econômica, ocasionando estrangulamentos na oferta de bens.

Mas, “com a mudança no padrão de acumulação a partir de 1930, todo investimento conseqüentemente seria voltado para onde o mercado interno absorvesse a produção e houvesse mínima estrutura viável aos investimentos realizados” (FILHO, 2006: 12). Isso aconteceu a partir da década de 1940, em que houve um direcionamento dos investimentos para a construção da base industrial paulista. Segundo Cano (1985), este investimento direcionado para São Paulo deveu-se ao fato de ter sido este Estado o pioneiro nos investimentos em infraestrutura para o beneficiamento e escoamento do café, enquanto que na Amazônia ocorria a queda na produção da borracha, provocando uma crise econômica.

Nesta situação de disparidades econômicas regionais, somente com um investimento em infraestrutura do Governo Federal foi possível criar os parques industriais nas regiões isoladas do país.

A construção de Brasília, na década de 1950, no Planalto Central, direcionou a interiorização econômica do país. Apesar de Brasília não ter um parque industrial nos moldes de São Paulo, ainda assim, consolidou um mercado consumidor que possibilitou a criação de uma área que possui dinamismo econômico, formada por Brasília, Anápolis e Goiânia.

Com a consolidação da centralidade paulista na produção industrial nacional, as áreas próximas de São Paulo foram impactadas positivamente, enquanto outras mais periféricas ficaram prejudicadas em seus mercados. Os estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso foram beneficiados pela frente avançada do capitalismo paulista no setor agrícola, mas os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro só se beneficiaram a partir da complementaridade do setor industrial, não apenas no que tange à produção, mas, também, ao consumo.

Nos anos de 1964, o Governo Militar identificou pontos de estrangulamento da economia, implementando uma política de elevada taxa de inflação e desequilíbrios estruturais, setoriais e regionais. Como solução ao problema nacional, foi lançado pelo Governo Federal o PAEG, que visava à retomada do crescimento nacional, criando um arcabouço institucional para o fortalecimento do mercado de ações para a política de financiamento no país. Em 1968, criou-se um conjunto de metas de crescimento

econômico, chamado de “Milagre Econômico Brasileiro”, tendo como prioridade os investimentos governamentais em infraestrutura, financiados pelos recursos obtidos com a reforma fiscal e com a criação de mecanismos de endividamento interno não inflacionários; aumento dos investimentos das empresas estatais capitalizadas com o realinhamento de suas tarifas; aquecimento da demanda por bens duráveis e revitalização da indústria da construção civil.

Vale ressaltar que, historicamente, o estado de Goiás dividia-se em dois, o sul de Goiás e o norte de Goiás. Se o sul de Goiás foi beneficiado pelos investimentos indiretos de São Paulo, não se pode dizer o mesmo para a região norte, que sem vias de integração, isolado pela falta de transportes, mergulhava-se numa crise.

Na década de 1960 houve um direcionamento de investimentos para a colonização e integração regional da Amazônia e Nordeste ao Centro-Sul do país. Para Oliveira (1988), esta integração que tinha como lema: “integrar para não entregar” nada mais foi do que integração para entregar a Amazônia ao capital internacional. Mas os grandes eixos de integração a partir da década de 50 vieram com a construção da Belém-Brasília, da BR 158 e da Transamazônica, na região Sudeste da Amazônia Oriental, que não necessariamente integrou toda a região. Estes investimentos em infraestrutura rodoviária provocaram colapso no anterior do sistema de transporte e, conseqüentemente, nas cidades que tinham uma economia dependente do sistema da navegação fluvial.

A concentração do capital industrial em São Paulo cada vez mais garantia a sua afirmação como centro financeiro e industrial do país. Este processo provocou uma disparidade regional ainda maior nas regiões amazônica e nordestina. No Nordeste, as estruturas agrárias pouco se alteraram com a modernização do campo, provocando uma precarização do trabalho e, onde o capital vindo do Centro-Sul entrou, produziu uma concorrência predatória, restando apenas a possibilidade de inserção no mercado destas áreas através dos investimentos governamentais.

Do outro lado, encontravam-se os estados que tinham forte vínculo comercial com o centro principal e que conseguiram desenvolver seus parques industriais como o ocorreu no estado do Rio Grande do Sul. “Ao mesmo tempo em que esses Estados

faziam parte desse segundo grupo<sup>1</sup>, passaram a diversificar e modernizar suas estruturas para setores mais dinâmicos” (FILHO, 2006: 15).

Como forma de reverter os problemas regionais e nacionais foi implantado o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND, que iniciou no país uma desconcentração industrial. Algumas correntes teóricas brasileiras afirmavam que esta desconcentração apenas foi um deslocamento das empresas para o interior paulista, como forma de amenizar os custos de produção; já outras afirmavam que houve uma interiorização e não um deslocamento das indústrias. No entanto, com os financiamentos e a construção das infraestruturas básicas no interior do país, houve uma receptividade e uma capacitação das áreas ditas “atrasadas” de gerar novos investimentos, principalmente na modernização da agropecuária, construção de parques industriais e, também, na geração de pesquisa, que levou a novas descobertas tecnológicas. “Após a articulação comercial seguiu-se a articulação produtiva que é caracterizada pela implantação de novos investimentos ocupando novos espaços no território nacional fora dos tradicionais centros industriais” (FILHO, 2006: 17 - *sic*).

O processo de interiorização pós anos 1970 começou a ser visto por uma gama de grandes projetos nacionais, dentre estes pode-se mencionar a construção do Complexo Carajás-Ferrovia do Aço no Sudeste do Pará, da Alumar no estado do Maranhão, o investimento na fronteira agrícola do Cerrado, onde o sul do Maranhão foi uma área receptora de tais projetos. Na década de 80, no Sudeste da Amazônia Oriental, estes investimentos repercutiram positivamente, tornando-se, assim, uma fase importante para o avanço da fronteira agrícola. No Brasil, a década ficou conhecida como “década perdida”, onde as indústrias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro sentiram a crise no seu sistema de produção, diferentemente dos parques industriais ainda em implantação que não absorveram com tanta intensidade tal crise mundial e nacional.

Uma série de planos monetários foi implantada para combater a inflação. O primeiro foi o Plano Cruzado I (1986), que reduziu a taxa de juro e estimulou o consumo, inibindo as exportações e incentivando as importações. Com a frustração das metas do Cruzado I, implantaram o Plano Cruzado II (1986), produzindo profundas modificações na estrutura econômica nacional, mas que trouxe novamente a inflação

---

<sup>1</sup> Até os anos de 1970, podemos dividir a periferia em dois grupos: a) Estados que continuaram com suas estruturas econômicas e sociais imóveis e que mudaram com uma intervenção externa; e b) Estados que expandiram os setores que tinham alguma especialidade e, num segundo momento, diversificaram suas economias (FILHO, 2006: 14).

agregada a uma recessão econômica no país. Seu tempo de duração foi mínimo, sendo substituído pelo Plano Bresser (1987), que com uma política heterodoxa, não conseguiu atingir as reformas necessárias que o país carecia.

Em 1989 foi implantado o Plano Verão, de curta duração e sem nenhum ajuste fiscal, o que mantinha os elevados e crescentes *déficits* públicos. Em 1990, o Presidente Fernando Collor de Mello implantou o Plano Collor I, combinando o confisco dos depósitos bancários e corrigindo os preços e salários. Em 1991 foi implantado o Plano Collor II, que visava a corrigir a aceleração inflacionária e continuou a mergulhar o país em uma crise sem precedentes. Diante de todo este processo de estabilização econômica, as empresas que conseguiram certa estabilidade produtiva na década de 1980, com a abertura econômica e a reestruturação produtiva do país, ficaram sem resistência à crise.

### **Formação Socioespacial do Sudeste da Amazônia Oriental**

Em se tratando da recente formação econômica da Amazônia, dois períodos foram importantes, um marcado pelos investimentos em infraestrutura do Governo Federal, no período militar (1964-85), e, outro, a partir dos anos de 1990, por investimento em logística, geração de energia e biotecnologia tanto por parte da iniciativa privada como do poder público.

A organização regional do Sudeste da Amazônia Oriental vem se consolidando há décadas. Vale ressaltar que, neste trabalho, apenas a formação espacial estruturada a partir da ocupação e exploração capitalista está sendo levada em conta. Se se tomasse como fonte de análise outros Modos de Produção, esses teriam os indígenas como base estruturante da organização deste espaço. Partindo deste norte, a primeira organização espacial tratou do centro/sul do Estado do Maranhão, que tem algumas peculiaridades importantes e parecidas com a história do antigo Norte Goiano. Este Estado teve um isolamento, apenas servindo como palco da disputa de comerciantes e traficantes que comercializavam produtos tropicais com os índios da região, levando-os para a Europa.

O tipo de empreendimento feito no Maranhão permitiu que, esgotados os recursos em uma área, os investimentos também saíssem de lá em busca de explorar uma nova área com potencial de recursos.

No entanto, a modernização da economia maranhense teria uma consequência rápida e bastante considerável, levando o Maranhão a ser uma das áreas mais prósperas da América Portuguesa. Essa dinâmica econômica proporcionou que áreas do sul do Estado fossem ocupadas pelos não índios.

A economia pós-século XVIII expandiu-se no que diz respeito à exportação do algodão e do arroz e, posteriormente, também, pela cana-de-açúcar.

Tratando sobre o Baixo Tocantins e o Oeste Maranhense, Valverde e Dias (1967), em viagem à área na década de 1960, afirmaram que eram regiões pobres que se caracterizavam por uma crise econômica. A economia predominante era a pecuária extensiva, baseada na partilha ou meia e na coleta do coco babaçu, um modelo de extrativismo vegetal feito pelas mais rudimentares formas de extração do produto.

No sertão do Tocantins Paraense, a cidade mais importante era Marabá (PA). Esta conheceu seu auge, segundo Valverde e Dias (1967), em decorrência da sua função de abastecedora dos garimpos de diamante e cristal de rocha. Foi a partir da criação do município de Marabá que houve um crescimento populacional na cidade e sua dinâmica comercial se diversificou, não sendo mais a borracha o produto principal de exportação, pois também se criava na cidade o Mercado Municipal, que passou a abastecê-la de carne bovina.

Em 1950, conforme dados do censo do IBGE (1950), a população de Marabá já somava 11.130 pessoas, chegando, em 1960, a 14.228 pessoas e com uma taxa de crescimento indicada em 28% na década.

As outras cidades do sudeste paraense, como São João do Araguaia, Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia eram apenas pequenos núcleos que gravitavam em torno do rio Araguaia, possuindo funções administrativas e de serviços de abrangência estritamente local. No oeste maranhense, Imperatriz teve seu desenvolvimento decorrente do declínio da navegação do rio Tocantins e da possibilidade do transporte, principalmente da castanha, realizado por via terrestre.

Os anos que sucederam ao “auge” da economia paraense foram sustentados pelo capital comercial que importava produtos fabricados de outras regiões. A economia baseou-se na criação extensiva do gado, extração vegetal, animal e mineral - garimpos de ouro e de cristal e uma agricultura de subsistência. “Constituíam-se a região num

mercado consumidor muito restrito e pouco atraente para os produtos do sul, também pela renda baixa dos consumidores locais” (LOUREIRO, 1992: 37).

Com o declínio da extração da borracha houve grandes investimentos em saúde, agricultura e até isenção de impostos, tudo isso constituindo em uma gama de ações para viabilizar esta produção e outras diferentes. Os projetos foram astronômicos e, dentre estes, Vicentini (2004: 147) ressalta que “as metas eram grandiosas: extensão da Madeira-Mamoré para Rio Branco, e daí até a fronteira com o Peru; construção de ferrovia de Belém às cidades no Vale do Tocantins, Araguaia, Parnaíba e São Francisco”.

Tal processo foi desencadeado pelo projeto nacional de incentivo à colonização, viabilizando a migração nordestina para a região, o que teve problemas sérios no Estado do Pará, ao ponto de o INCRA paralisar, em 1975, tal iniciativa migratória e tentar reverter alguns danos provocados por ela. As áreas mais atingidas estavam nas terras da bacia do rio Araguaia, o que precisou de uma intervenção do Governo Federal a fim de fazer uma regularização fundiária por meio do GETAT. Do total de terras para serem regularizadas, somou-se 45.000.000 ha, sendo 31.500.000 ha no território paraense, abrangendo os municípios de Redenção, Xinguara, Nova Jacundá, São João do Araguaia e Marabá.

Para Vicentini (2004), o modelo de colonização da região deu origem a uma dependência de complementação da renda familiar, levando, assim, esta população de assentados a procurar o trabalho informal nas cidades mais próximas.

Foi nos anos pós 1964 que ficou mais bem delineada a política de desenvolvimento para a Amazônia pelo Governo Federal, que criou a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) em 1966, vinculada ao Ministério do Interior, em substituição à SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), criada em 1953, pelo presidente Getúlio Vargas. A SUDAM teve o BASA (Banco da Amazônia) como seu agente financeiro nos programas de desenvolvimento regional.

Entre os objetivos principais desenvolvidos pela SUDAM, têm-se, segundo Ribeiro (1998), a criação dos polos de desenvolvimento, o estímulo à imigração, incentivos ao investimento de capitais privados e o investimento em infraestrutura e pesquisas minerais. O plano econômico implantado na Amazônia estava pautado na

substituição de importações, com as importações financiadas pelos capitais externo e interno. A primeira ação da SUDAM no planejamento da Amazônia ocorreu pelo I Plano Quinquenal de Desenvolvimento, aprovado pelo Decreto nº 60.296, de 3 de março de 1967, que tinha como base a substituição de importações, priorizando os setores que objetivassem uma maior produtividade na agropecuária e na indústria e, também, nas obras de engenharia do transporte, integrando a Amazônia ao Centro-Sul do país.

Mas se a abertura da rodovia Belém-Brasília representou a primeira artéria na Amazônia e, principalmente, no Sudeste da Amazônia Oriental, foi a partir dos anos de 1970 que a região teve uma organização chamada de “malha programada” (BECKER, 1991), alicerçada no PIN (Programa de Integração Nacional), que previa o financiamento e a construção da BR 230 – rodovia Transamazônica, possibilitando o deslocamento de trabalhadores desempregados do Nordeste para o Sudeste da Amazônia Oriental, assim como para outras regiões da Amazônia.

Como suporte para viabilizar tal programa foi criado pelo Governo Federal, através do Decreto-Lei nº 1178, de 1 de junho de 1971, o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste), que tinha como objetivo viabilizar a compra de terras para a ocupação dos espaços vazios por meio da aquisição de latifúndios e seu parcelamento em pequenas propriedades, incentivando, assim, a formação da agroindústria pelo crédito rural, “o que melhoraria” a condição do trabalhador rural.

O I PND<sup>2</sup> (Plano Nacional de Desenvolvimento) tinha como fundamento para a Amazônia a integração física, cultural e econômica por meio de várias medidas como a colonização da rodovia Transamazônica. Criado pela SUDAM, o PDAm<sup>3</sup> (Plano de Desenvolvimento da Amazônia), restringiu suas metas para a economia regional e para a programação das iniciativas federais para o período de 1972/1974, contidas no I PND, que era a ocupação da Amazônia, o que canalizou mais de 70% do total de investimentos nos setores de transporte e colonização.

---

<sup>2</sup> Esse plano foi elaborado para o período de 1972-1974 e manteve os mesmos objetivos dos planos governamentais anteriores, tais como integração nacional, ocupação da Amazônia e aceleração do crescimento econômico nacional.

<sup>3</sup> 1º Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Esse plano foi formulado como um complemento ao I PND.

Em se tratando das áreas cobertas pela vegetação do cerrado, com o resultado de pesquisas realizadas por técnicos paulistas, indicando a viabilidade dos solos para a mecanização, essas áreas receberam grandes investimentos neste período. Vale ressaltar que a ocupação dos cerrados nas áreas centrais e norte do Tocantins e sul do Maranhão, só se efetivou no governo do Presidente Médici, em 1971, com o acordo de cooperação técnica Brasil/Japão.

No Governo do Presidente Geisel foi implantado o II PND,<sup>4</sup> para o período de 1975/1979. O II PDAm<sup>5</sup>, implantado em 1975/79, esteve atrelado ao II PND, criado no Governo Geisel. Este foi sustentado sobre um plano político, baseado na aliança de 1974 e se reestruturava em 1977, pela representatividade dos estados nordestinos, assentando-se no capital financeiro nacional, nas empreiteiras e em oligarquias arcaicas. Estas oligarquias vendiam o apoio ao governo em troca de investimentos, principalmente na modernização de áreas sem dinâmicas produtivas nos estados.

O II PND foi uma resposta do governo militar à crise conjuntural da economia brasileira e, para além disso, foi um plano que visava à superação do desenvolvimento em que se encontrava o país, eliminando os estrangulamentos estruturais de nossa economia. A maior parte dos investimentos no segundo setor da economia concentrou-se no Departamento I da economia brasileira<sup>6</sup>, onde seria uma nova tentativa de articular a ação e os investimentos das empresas estatais com os investimentos das grandes empresas privadas nacionais.

A Amazônia e o Centro-Oeste não mudavam seu papel no contexto econômico, continuavam como áreas fornecedoras de matérias-primas para o Centro-Sul e, deste, recebiam os produtos industrializados, tecnologias e capital. Para tanto, a mesma orientação da integração nacional foi mantida do I PND e ampliada, recebendo novos programas que passaram a sustentar na região o seu papel, dentre estes, o Polamazônia<sup>7</sup> e Polocentro<sup>8</sup>.

O Polocentro atingia fração da porção do território dos estados de Mato Grosso e Goiás (extremo sul do Tocantins) coberto predominantemente pela vegetação do cerrado. Segundo Oliveira (1988: 93), “este programa visava à instalação nessa região

---

<sup>4</sup> 2º Plano Nacional de Desenvolvimento

<sup>5</sup> 2º Plano de Desenvolvimento da Amazônia.

<sup>6</sup> Bens de Capital e bens intermediários.

<sup>7</sup> Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.

<sup>8</sup> Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Decreto nº 75.320 – 29/01/75).

de obras de infra-estrutura, sobretudo armazenagem, estradas, etc., além de pesquisa de sementes para promover o plantio em massa de soja no cerrado”.

O Poloamazônia, alicerçado no programa de polos agropecuários e minerais, foi estabelecido em 1974 e distribuía-se em quinze polos de crescimento e, destes, quatro estão na região Sudeste da Amazônia Oriental. Estes polos tinham como fonte para o custeio os orçamentos do PIN e do PROTERRA, tendo como principais contribuições nesta região, a implantação da infraestrutura básica para a área da reserva mineral de ferro da Serra dos Carajás.

Segundo Ribeiro (1998), a filosofia do II PDAm foi alterada em relação aos planos regionais implantados anteriormente, que via a Amazônia como uma fronteira de recursos e não como uma fronteira tropical, como passava a ser vista a partir de então. Para Oliveira (1988: 93), a exploração dos recursos florestais planejada na Amazônia representou uma tentativa de tornar tal extração permanente e institucionalizada, tendo como meta “abrir de vez a exploração das madeiras da região, tão devastada por grupos nacionais e multinacionais”.

O II PDAm criou uma redefinição na rede de cidades por meio dos polos de desenvolvimento. Mas, segundo Vicentini (2004), foi com o

III Plano de Desenvolvimento da Amazônia, (1980/1985) que o quadro para o período pôde se completar. Paulatinamente abandonou-se a idéia do desenvolvimento pontual, em favor de propostas de consolidação do espaço regional – por meio de investimentos em áreas de exploração potencial – e de criação de mecanismos institucionais, que delineassem um zoneamento regional e a disciplinarização das atividades econômicas (VICENTINI, 2004: 158).

O III PND<sup>9</sup> correspondeu ao período de 1980 a 1985 no governo do Presidente João Batista Figueiredo. Este plano continuava com algumas orientações dos anteriores, mudando apenas o direcionamento das políticas para o meio ambiente e qualidade de vida. Mas vale ressaltar que as metas para o meio ambiente ficaram muito aquém dos problemas ambientais da década de 80. Estes planos de desenvolvimento regional não foram tão avassaladores como foram os do II PND. Neste, as obras de infraestrutura se restringiram em pequenos trechos da malha rodoviária, que ligavam áreas estrategicamente importantes na região.

---

<sup>9</sup> III Plano Nacional de Desenvolvimento

Para Ribeiro (1998), foi com o III PND e III PDAm que o Governo Federal começou a dar,

ênfase aos Recursos Minerais e menciona as pesquisas geológicas realizadas na Região, destacando entre as reservas de maior importância para o desenvolvimento regional as de bauxita metalúrgicas, na área do rio Trombetas e em Paragominas; de ferro da Serra dos Carajás com 18 bilhões de toneladas de hematita; as de cassiterita do sul do Pará (RIBEIRO, 1998, p.93).

Para dinamização da economia regional foram implantados polos minérios-industriais em algumas cidades como Marabá (Polo Siderúrgico de Marabá), que teve um aproveitamento industrial do manganês, viabilizado pela localização da cidade as áreas de extração.

Nos anos de 1986 a 1989 foi estabelecido pelo Presidente José Sarney o IPND da Nova República (RIBEIRO, 1998: 95), que tinha como meta a preservação e a valorização da Amazônia. O “I PND da Nova República visa ocupar ordenada e racionalmente seu território, preservando o equilíbrio ecológico e valorizando a população”. Tinha, também, como objetivo, o zoneamento agropecuário e florestal.

Mas as políticas implantadas na Amazônia depois do II PDAm não objetivaram, de fato, ao desenvolvimento regional; aliás, como Ribeiro (1998) relatou, o desenvolvimento foi baseado em uma economia de fronteira, que desencadeou uma crise ambiental associada à crise de ordem econômica. Esta problemática levou o Governo Federal a criar algumas medidas de contenção à degradação do meio-ambiente por meio de programas, tendo, em 1990/1991 criado o PNMA (Programa Nacional do Meio Ambiente) com a finalidade de adquirir suficiência na gestão ambiental. O último programa foi desenvolvido junto ao G7 (Grupo dos Setes), que visava à preservação dos recursos genéticos e à paralisação do desmatamento.

Pode-se afirmar que foi a partir dos anos de 1980 que a política nacional para a Amazônia estava “consolidada” e direcionou recursos para grandes empreendimentos energéticos e de extração mineral. O Programa Grande Carajás identificou bem estes investimentos, representando como sua maior expressão contemporânea. O programa foi criado pela Lei nº 1.813/80, abrangendo áreas do Pará, Tocantins e Maranhão, totalizando 700.000 Km<sup>2</sup>, sendo a Serra dos Carajás o ponto principal, pelo motivo de ser a maior jazida de ferro da região.

Retratando a região, Vicentini (2004) afirma que

sucessivas descobertas de ocorrências de outros minérios como cobre, manganês, bauxita, níquel, cassiterita e ouro, além dos minérios associados – prata, zinco, chumbo e urânio – aumentam o valor da região mineral que tem como seus pontos extremos: São Félix do Xingu, a oeste; Porto de Itaqui, em São Luís do Maranhão, a leste; Tucuruí e Paragominas, a norte; Araguaína e Estreito, ao sul (VICENTINI, 2004: 163).

Para possibilitar tal empreendimento, houve uma priorização na viabilidade do transporte do mineral na região por meio de incentivos financeiros e tributários para empresas vinculadas ao setor ferroviário (Ferrovia Serra dos Carajás – São Luís), de aproveitamento hidroelétrico das Bacias Araguaia/Tocantins, da agricultura, pecuária e de assentamentos aprovados pelo INCRA. Todos estes benefícios foram concedidos por um prazo de 10 anos.

Para Vicentini (2004), o programa Grande Carajás representou um dos maiores programas nacionais inseridos na Amazônia Oriental. O complexo Ferro – Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce, a hidrovía Marabá/Belém, no rio Tocantins, que constitui um corredor fluvial de 2.000 km de extensão, e a construção das hidrelétricas no rio Tocantins, quais sejam as de Estreito e Tucuruí e no rio Araguaia, a de Santa Isabel, que totalizam um potencial em mais ou menos 18.000 MW, explicita a dimensão do projeto.

Já a área do centro/sul do Tocantins teve seu processo de formação muito respaldado na extração do ouro em fases de auge no período colonial e de declínio nos períodos subsequentes ao século XVIII. Área que viveu numa crise econômica até o final do século XX, período em que a criação do Estado do Tocantins e de sua capital, Palmas, tornou-se um marco para o crescimento econômico deste Estado.

Os grandes investimentos em geração de energia e projetos de irrigação produziram um rápido e localizado crescimento da economia de algumas cidades. Por outro lado, iniciativas comunitárias tiveram respaldos governamentais e se apresentaram como alternativa econômica em determinadas áreas como o artesanato do capim dourado no Jalapão.

As áreas do oeste do rio Tocantins conheceram sua ocupação incentivada pela rodovia Belém-Brasília em meados do século XX. São locais com vocação para a pecuária, concentrando o maior corredor pecuarista do Estado do Tocantins.

Nos anos 90, houve uma retomada do planejamento, porém, com uma explícita regionalização a comando do capital e do poder das grandes potências do G7, apoiando comunidades locais.

## **Conclusão**

Com a análise feita neste trabalho, pode-se concluir que o Sudeste da Amazônia Oriental foi uma região que teve uma ocupação induzida pelo Governo Federal. Os investimentos em infraestrutura como suporte para uma ocupação econômica e, também, populacional, demonstrou bem o intento maior em criar uma fronteira de ocupação econômica para a Amazônia.

Conforme Becker (2007), esta região tem sua peculiaridade que demonstra uma primeira fronteira de exploração econômica da floresta, áreas que hoje têm um alto nível de desmatamento. Nesta linha de pensamento, há três Amazônia: uma desmatada, outra com um processo de desmatamento em andamento e uma área compreendida do oeste do Estado do Amazonas, com níveis pequenos de desmatamentos.

A forma de entender a Amazônia nas décadas de 80/90 repercutiu na organização territorial. Os empreendimentos, tanto minerais e vegetais, como os implantados pelos polos de desenvolvimento (núcleos urbanos), acabaram impulsionando para uma estratégia equivocada de ocupação, como, por exemplo, o ocorrido em Eldorado do Carajás, onde 19 trabalhadores sem-terra foram mortos pela Polícia Militar do Estado do Pará.

Os imigrantes que foram deslocados de suas terras em função de promessas passaram a viver o pesadelo de encontrarem-se desamparados pelo Estado em meio à desafiadora Floresta. Empobrecidos, formaram núcleos de resistência camponesa que luta pela regularização de suas terras.

Em suma, o Sudeste da Amazônia Oriental representou uma fronteira de investimentos, tendo em sua formação sócio-espacial períodos marcados por incentivos públicos. Primeiro pela doação de terras no Sudeste do Pará, Norte do Tocantins e ao longo da Belém-Brasília. No segundo momento, o Eldorado dos Carajás, como um sonho de riqueza pela mineração e, a partir da década de noventa, mesmo por um curto

período, o Novo Eldorado propagado pela fronteira urbana da futurista capital do Tocantins, Palmas. Como em todos os projetos nesta região, todos os Eldorados foi apenas ilusão.

### Referências Bibliográficas

BECKER, Bertha K. Modernidade e integração do território no Brasil: da integração nacional a integração competitiva. In: *Espaço & Debates*. São Paulo Annablume, n° 32, ano. XI, 1991

\_\_\_\_\_. *Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio*. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2007.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970*. São Paulo: Global, 1985.

FILHO, Alcides Goularti. A questão regional no Brasil: uma introdução ao debate. In: *Textos de Economia*. Florianópolis, v.9, n.1, jan/jun de 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico*. Rio de Janeiro, 1984, 1985 e 1989.

LOUREIRO, Violeta R. A história social e econômica da Amazônia. In: Belém: Secretaria de Estado de Educação. *Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais*. 2. ed., Belém: CEJUP, 1992.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas - SP: Papirus, 1988. (Série Educando)

RIBEIRO, Miguel A. *A complexidade da Rede Urbana Amazônica: três dimensões de análise*. Tomo I, Rio de Janeiro, 1998 (Tese de doutorado - UFRJ).

VALVERDE, Orlando e DIAS, Catarina Vergolino. *A rodovia Belém-Brasília: estudo de Geografia Regional*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

VICENTINI, Yara. *Cidade e História na Amazônia*. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.